

LOTERIAS SÃO PAULO

Produto I
Anexo Minuta do Decreto



Projeto liderado pela NGT, com a consultoria de BetConsult, a assessoria jurídica da Feijó Advocacia, Lenzi Advocacia e Pedro Henrique Braz de Vita, e assessoria financeira da Blue Lagoon. A parte técnica e operacional foi elaborada pelas seguintes empresas: NGT, BIG Brazil, Sga.bet e Marjosports.

MINUTA DE DECRETO

REGULAMENTA AS MODALIDADES DE LOTERIA DO ESTADO DE SÃO PAULO CRIADA PELA LEI Nº 17.386, DE 14 DE JULHO DE 2021.

O Governador do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, incisos II e XIX, “a”, da Constituição do Estado.

Decreta:

Art. 1º O serviço público de Loteria Estadual tem por finalidade precípua a captação de recursos para custear ações voltadas à assistência social e à redução da vulnerabilidade social no Estado.

§ 1º A captação dos recursos por meio da loteria estadual dar-se-á por meio do entretenimento e da exploração de jogos lotéricos.

§ 2º Para fins deste Decreto, considera-se jogo lotérico toda operação, jogo ou aposata, nas modalidades lotéricas previstas na Lei Federal nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para obtenção de prêmio em dinheiro ou em bens de outra natureza.

Art. 2º As modalidades lotéricas que poderão ser exploradas no Estado de São Paulo são as seguintes:

I - loteria estadual numerada: loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico (impresso) ou virtual (eletrônico);

II - loteria estadual de prognósticos numéricos: loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;

III - loteria de prognóstico específico: explorada nos moldes da Lei Federal nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;

IV - loteria de prognósticos esportivos: loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos;

V - loteria instantânea: loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação;

VI - Loteria de Quota Fixa: loteria relativa a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

Parágrafo único. As regras dos jogos lotéricos, conforme modalidades constantes neste artigo, serão editadas pela Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Art. 3º. O produto da arrecadação total obtida por meio da captação de apostas ou da venda de bilhetes das loterias estaduais, em meio físico ou em meio virtual, será destinado na forma prevista neste Capítulo.

§1º Os valores dos prêmios não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo prescricional de 90 (noventa) dias serão revertidos ao Estado de São Paulo.

§2º A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento editará normas complementares para o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4º. O produto da arrecadação da Loteria Estadual de Prognósticos Numerados será destinado da seguinte forma:

- I - 40% (quarenta por cento) no mínimo para pagamento de prêmios;
- II - Ao pagamento do imposto de renda incidente sobre a premiação;
- III - A diferença entre o produto da arrecadação e os valores descritos nos incisos I e II desse artigo serão partilhados conforme abaixo:
 - a) 75% (setenta e cinco por cento) para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da Loteria estadual;
 - b) ***% (cinco por cento) para a seguridade social dos servidores públicos do Estado de São Paulo;
 - c) ***% (vinte por cento) para a educação;

Art. 5º. O produto da arrecadação da Loteria Estadual de Prognósticos Numéricos será destinado da seguinte forma:

- I - 40% (quarenta por cento) no mínimo para pagamento de prêmios;
- II - Ao pagamento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

III - A diferença entre o produto da arrecadação e os valores descritos nos incisos I e II desse artigo serão partilhados conforme abaixo:

a) 75% (setenta e cinco por cento) para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da Loteria estadual;

b) ***% (cinco por cento) para a seguridade social dos servidores públicos do Estado de São Paulo;

c) ***% (vinte por cento) para a educação;

Art. 6º. O produto da arrecadação da Loteria Estadual de Prognósticos Específico será destinado da seguinte forma:

I - 40% (quarenta por cento) no mínimo para pagamento de prêmios;

II - Ao pagamento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

III - A diferença entre o produto da arrecadação e os valores descritos nos incisos I e II desse artigo serão partilhados conforme abaixo:

a) 75% (setenta e cinco por cento) para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da Loteria estadual;

b) ***% (cinco por cento) para a seguridade social dos servidores públicos do Estado de São Paulo;

c) ***% (vinte por cento) para a educação;

Art. 7º. O produto da arrecadação da Loteria Estadual de Prognósticos Esportivos será destinado da seguinte forma:

I - 40% (quarenta por cento) no mínimo para pagamento de prêmios;

II - Ao pagamento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

III - A diferença entre o produto da arrecadação e os valores descritos nos incisos I e II desse artigo serão partilhados conforme abaixo:

a) 75% (setenta e cinco por cento) para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da Loteria estadual;

b) ***% (cinco por cento) para a seguridade social dos servidores públicos do Estado de São Paulo;

c) ***% (vinte por cento) para a educação;

Art. 8º. O produto da arrecadação da Loteria Estadual Instantânea será destinado da seguinte forma:

I - 40% (quarenta por cento) no mínimo para pagamento de prêmios;

II - Ao pagamento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

III - A diferença entre o produto da arrecadação e os valores descritos nos incisos I e II desse artigo serão partilhados conforme abaixo:

a) 75% (setenta e cinco por cento) para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da Loteria estadual;

b) ***% (cinco por cento) para a seguridade social dos servidores públicos do Estado de São Paulo;

c) ***% (vinte por cento) para a educação;

Art. 9º. O produto da arrecadação da Loteria Estadual de Apostas de Quota Fixa será destinado da seguinte forma:

I - 60% (sessenta por cento) no mínimo para pagamento de prêmios;

II - Ao pagamento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

III - A diferença entre o produto da arrecadação e os valores descritos nos incisos I e II desse artigo serão partilhados conforme abaixo:

a) 75% (setenta e cinco por cento) para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da Loteria estadual;

b) ***% (cinco por cento) para a seguridade social dos servidores públicos do Estado de São Paulo;

c) ***% (vinte por cento) para a educação;

Art. 10. As Concessionárias do serviço de Loteria depositarão na Conta Única do Tesouro Estadual os valores destinados à seguridade social, ao imposto de renda incidente sobre a premiação e aos demais beneficiários legais.

§1º A parcela de recursos do agente operador será definida com base no percentual destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção das

modalidades previstas neste Decreto, após a dedução dos valores destinados à Comissão de Revendedores e das demais despesas com os serviços lotéricos.

§2º A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento disciplinará a forma da entrega dos recursos de que trata este artigo, podendo contar com o apoio institucional do Estado.

Art. 11. A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento é competente para executar, credenciar, autorizar, fiscalizar, distribuir e controlar as atividades relacionadas à exploração das modalidades lotéricas.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no caput, a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento poderá:

I - realizar vistorias nos equipamentos, processos e procedimentos;

II - requerer, quando necessário, a inspeção da vigilância sanitária, abrangendo o imediato acesso a dependências, a todos os itens, documentos e equipamentos que se fizerem necessários;

III - realizar vistorias em livros comerciais ou fiscais, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais das empresas que vierem a explorar quaisquer das modalidades de loteria previstas neste Decreto, sendo obrigatória a exibição de tais arquivos.

Art. 12. A não observância das disposições constantes deste Decreto, do regulamento de cada modalidade lotérica, bem como dos respectivos contratos, enseja a aplicação das sanções previstas na legislação competente, conforme a forma de exploração do serviço lotérico.

Art. 13. A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento editará os atos normativos complementares necessários à execução da Lei nº 17.386, de 14 de julho de 2021, e deste Decreto.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

São Paulo, em [data].

JOÃO DORIA

Governador do Estado de São Paulo

HENRIQUE MEIRELLES

Secretário de Fazenda e Planejamento